

Índice

Prefácio da terceira edição	9
Prefácio da segunda edição	11
Siglas	13

Parte I	
Introdução	17

Capítulo I	
Justificação de uma disciplina autónoma de Direito das Garantias	19
1. A justificação (e interesse) de uma disciplina de Direito das Garantias	19
2. As garantias e as outras disciplinas jurídicas	20
2.1. Direito das Obrigações e as garantias	20
2.2. Direitos Reais e garantias	22
2.3. Direito Comercial e garantias	24
2.4. Direito Bancário e garantias	25
3. Autonomia de uma disciplina de Direito das Garantias e seu conteúdo	28
4. A relevância internacional do estudo da matéria das garantias	34

4.1. Desenvolvimentos no âmbito europeu e internacional	34
4.2. A relevância (e influência) do Artigo 9.º do Uniform Commercial Code dos Estados Unidos no âmbito das garantias (mobiliárias)	38
Capítulo II	
Delimitação das matérias. Relação com o crédito.	
Classificação adoptada	47
5. Indicação de sequência	47
Secção I	
Delimitação das matérias	48
6. Delimitação da matéria	48
Secção II	
Crédito e garantias	55
7. Crédito e garantias	55
Secção III	
Classificação das garantias especiais	60
8. A doutrina tradicional	60
9. A crítica à doutrina tradicional	63
10. Classificações propostas	64
10.1. Classificação principal. Reforço quantitativo e qualitativo da probabilidade de satisfação do crédito	64
10.1.1. Reforço quantitativo probabilidade de satisfação do crédito	65
10.1.2. Reforço qualitativo da probabilidade de satisfação do crédito	65
10.2. Garantias que exigem a sua execução judicial e as que permitem a execução privada	70
10.3. Garantias voluntárias e de fonte legal	71
11. Ordenação da matéria	73

Parte II	
As garantias especiais das obrigações	79
Capítulo I	
Caução	81
12. A caução	81
Capítulo II	
Reforço quantitativo da probabilidade de satisfação do crédito	85
13. A fiança	85
13.1. Introdução	85
13.2. Modalidade e forma da declaração	88
13.3. Características da fiança	89
13.4. Relações entre o credor e o fiador	92
13.5. Relações entre o devedor e o fiador	94
13.6. Relações entre o devedor e o credor	96
13.7. Pluralidade de fiadores	98
13.8. Extinção da fiança	99
13.9. Modalidades particulares de fiança	101
13.9.1. A subfiança	101
13.9.2. A retrofiança	102
13.9.3. A fiança geral ou <i>omnibus</i>	103
13.9.4. A fiança ao primeiro pedido	111
13.10. O regime insolvencial	116
14. O mandato de crédito	117
15. O aval	120
15.1. O aval geral	124
15.1.2. A operação negocial complexa em que o negócio cambiário de integra	126
15.1.2.1. O contrato de crédito	126
15.1.2.2. O contrato de garantia	127
15.1.2.3. O negócio jurídico cambiário	131
15.1.2.4. O caso específico da cessão de quotas	132
15.1.2.5. O Acórdão de Uniformização de Jurisprudência de 11 de dezembro de 2012	135

15.1.2.6. O regime insolvencial. Apontamento	135
16. A garantia autónoma	136
16.1. Introdução	136
16.2. A estrutura da operação	139
16.3. O contrato de garantia autónoma em si	142
16.4. Modalidades	143
16.4.1. Quanto à garantia em si	143
16.4.2. Quanto à obrigação garantida	145
16.5. A autonomia	146
16.6. O “levantamento” da autonomia	148
16.7. A transmissão da garantia autónoma com a cessão do crédito garantido	153
16.8. O regime insolvencial	157
17. As cartas de conforto	160
17.1. Introdução	160
17.2. Razão de ser	163
17.3. A juridicidade	164
17.4. Estrutura	166
17.5. Modalidades	167
17.5.1. As cartas “fracas” com conteúdo meramente informativo	168
17.5.2. As cartas “médias” que contêm declarações de vigilância, influência ou de empenho	171
17.5.3. As cartas “fortes” ou de garantia	172
17.6. O regime insolvencial	174
18. O seguro de crédito	176
18.1. Introdução	176
18.2. Caracterização	179
18.3. As modalidades de seguro de crédito	181
18.4. Os riscos	182
18.5. O sinistro	184
18.6. Distinção da fiança	185
18.7. Acessoriedade ou autonomia	186
18.8. O regime insolvencial	188
19. O seguro-caução	189
19.1. Caracterização	189
19.2. Estrutura. Regime	190

19.3. Natureza jurídica	193
19.4. O regime insolvencial	196
20. O <i>Credit Default Swap</i> (CDS)	196
20.1. Caracterização	196
20.2. Modalidades. Funções.	198
20.3. Distinção do seguro de crédito	198
21. A solidariedade passiva	199
21.1. Introdução	199
21.2. Regime geral da solidariedade passiva	200
21.3. Adaptação do regime da solidariedade passiva para efeito de constituição de uma garantia pessoal	201
21.4. O regime insolvencial	203
22. A assunção cumulativa de dívida	204
22.1. Introdução	204
22.2. Regime geral da transmissão singular de dívidas	205
22.3. Adaptação do regime da assunção cumulativa de dívida para efeito de constituição de uma garantia pessoal	209
22.4. O regime insolvencial	211
Capítulo III	
Reforço qualitativo da probabilidade de satisfação do crédito	213
Secção I	
Garantias reais e figuras próximas	213
23. A hipoteca	213
23.1. Introdução	213
23.2. Caracterização	217
23.3. As espécies de hipotecas	218
23.3.1. As hipotecas legais	219
23.3.2. As hipotecas judiciais	220
23.3.3. As hipotecas voluntárias	221
23.4. Regras gerais	224
23.4.1. Os créditos assegurados	224
23.4.2. O objeto	225
23.4.2.1. Os artigos 688.º, 689.º, 691.º n.º 1	225
23.4.2.2. Os automóveis, os navios e as aeronaves	227

23.4.2.3. As fábricas	228
23.4.2.4. Os créditos	230
23.4.3. A indivisibilidade	231
23.4.4. A proibição do pacto comissório	232
23.4.5. A substituição ou reforço da hipoteca	234
23.4.6. A não celebração do seguro	235
23.5. A redução da hipoteca	235
23.6. A expurgação da hipoteca	236
23.7. A transmissão da hipoteca	238
23.8. A extinção da hipoteca	242
23.9.1. A extinção da obrigação através da dação em pagamento do bem hipotecado	243
23.9. A execução da hipoteca	246
23.10. O regime insolvencial	250
24. O penhor	257
24.1. Introdução	257
24.2. Caracterização	259
24.3. As regras gerais	261
24.3.1. A legitimidade para a constituição do penhor	261
24.3.2. A forma do contrato	261
24.3.3. As obrigações garantidas	261
24.3.4. O objeto da garantia	262
24.4. O penhor de coisas	265
24.4.1. A constituição	265
24.4.2. Os direitos do credor pignoratício	267
24.4.3. Os deveres do credor pignoratício	267
24.4.4. O destino dos frutos produzidos pela coisa empenhada	268
24.4.5. A sub-rogação real	268
24.4.6. As outras disposições do regime da hipoteca aplicáveis ao penhor	269
24.4.7. A execução do penhor	270
24.4.8. A extinção do penhor (art. 677.º)	274
24.5. O penhor de direitos	275
24.5.1. O objeto	275
24.5.2. A forma e a publicidade	277
24.5.3. As relações entre o obrigado e o credor pignoratício	279
24.5.4. Os deveres do credor pignoratício	280

24.5.4.1. Em especial, a cobrança do crédito empenhado	281
24.5.4.1.1. O crédito pignoratício e o crédito empenhado	282
24.5.4.1.2. O crédito empenhado garantido. A execução das garantias	293
24.5.5. Os deveres do titular do direito empenhado	294
24.6. O regime insolvencial	294
24.7. Regimes particulares do penhor	296
24.7.1. O penhor mercantil	296
24.7.2. O penhor mercantil com apropriação (aprovado pelo Dec.-Lei n.º 75/2017, de 26/6)	303
24.7.2.1. Introdução	303
24.7.2.2. Âmbito de aplicação	304
24.7.2.2.1. A delimitação do penhor financeiro	305
24.7.2.3. Os requisitos	306
24.7.2.4. O regime	308
24.7.2.4.1. O regime insolvencial, em particular	310
24.7.3. O penhor de estabelecimento	311
24.7.4. O penhor em garantia de créditos de estabelecimentos bancários	315
24.7.5. O penhor financeiro	317
24.7.5.1. Introdução	317
24.7.5.2. A génese. A razão de ser	320
24.7.5.3. Os requisitos	323
24.7.5.4. O regime geral	333
24.7.5.4.1. O direito de disposição do objeto da garantia	334
24.7.5.4.2. <i>O close-out netting.</i>	336
24.7.5.4.3. A execução da garantia	339
24.7.5.4.4. A penhora em ação executiva dos bens empenhados	342
24.7.5.5. O regime insolvencial particular	343
24.7.6. O penhor de participações sociais	348
24.7.6.1. A constituição	348
24.7.6.2. O exercício dos direitos sociais	350

24.7.6.3. Articulação com o regime do penhor financeiro	357
24.7.7. O penhor de letras e livranças	359
24.7.8. O penhor de conta bancária	362
24.7.9. O penhor geral ou <i>omnibus</i>	365
24.7.10. O penhor rotativo	367
24.7.11. O penhor irregular	374
24.7.11.1. Caracterização	374
24.7.11.2. Qualificação	376
24.7.11.3. Regime geral	378
24.7.11.3.1. O mecanismo de satisfação do credor	378
24.7.11.3.2. A aplicação de (algumas) disposições do penhor	382
24.7.11.4. O regime insolvencial	385
25. O direito de retenção	386
25.1. Introdução	386
25.2. Caracterização	387
25.3. Os requisitos constitutivos do direito de retenção	388
25.4. Casos particulares	390
25.4.1. O direito de retenção do empreiteiro nas empreitadas de construção	390
25.4.2. O direito de retenção do promitente-comprador que obteve a tradição da coisa no contrato-promessa sinalizado.	393
25.4.2.1. A questão. Os interesses em jogo.	393
25.4.2.2. A interpretação restritiva do art. 755.º, n.º 1, al. f). A tutela do consumidor.	400
25.4.2.3. A tutela insolvencial do promitente-comprador/ /consumidor	406
25.4.2.4. O Acórdão de uniformização de jurisprudência n.º 4/2014. A noção de consumidor	411
25.5. O regime geral do direito de retenção	417
25.6. O regime insolvencial do direito de retenção	419
26. Os privilégios creditórios	420
26.1. Introdução	420
26.2. Caracterização	423

26.3. Espécies	424
26.4. Elenco	425
26.4.1. Os privilégios mobiliários gerais	425
26.4.2. Os privilégios imobiliários gerais	427
26.4.3. Os privilégios mobiliários especiais	427
26.4.4. Os privilégios imobiliários especiais	428
26.4.4.1. O privilégio imobiliário especial do trabalhador, em particular	429
26.5. O concurso de créditos privilegiados	432
26.6. O concurso entre privilégios e garantias reais de terceiros	435
26.7. Outros aspetos de regime	438
26.8. O regime executivo	439
26.9. O regime insolvencial	440
27. A consignação de rendimentos	443
27.1. Introdução	443
27.2. Caracterização	444
27.3. A legitimidade	445
27.4. O objeto. A forma. A publicidade	446
27.5. As espécies	447
27.6. O prazo	447
27.7. Modalidades	448
27.8. O restante regime. O destino da consignação na venda executiva	449
27.9. A extinção	451
27.10. O regime insolvencial	452
28. A penhora	452
Secção II	
O recurso à titularidade de um direito com função de garantia	455
29. A reserva de propriedade	455
29.1. Introdução	455
29.2. Caracterização	457
29.3. O objeto	461
29.4. A forma. A publicidade	462
29.5. As modalidades particulares de reserva de propriedade. Sua admissibilidade	462
29.5.1. A reserva de propriedade prolongada (<i>verlängerter Eigentumsvorbehalt</i>)	462

29.5.2. A reserva de propriedade alargada (<i>erweiterter Eigentumsvorbehalt</i>)	464
29.6. A tutela do adquirente do comprador com reserva de propriedade	465
29.7. A posição jurídica do comprador	468
29.8. O risco	469
29.9. O regime da venda com reserva de propriedade em caso de incumprimento do comprador. O mecanismo de funcionamento da garantia	474
29.10. O regime executivo	477
29.11. O regime insolvencial	480
29.12. Observação final	485
30. A locação-venda	487
30.1. Introdução	487
30.2. Caracterização	487
30.3. O objeto	488
30.4. A função	488
30.5. A estrutura	490
30.6. Figuras próximas	492
30.7. O regime geral	494
30.8. O regime insolvencial	499
31. A venda a retro	501
31.1. Introdução	501
31.2. Caracterização	502
31.3. O objeto do contrato	504
31.4. As funções. Em particular, a de crédito e de garantia	505
31.4.1. A remuneração do comprador/“mutuante/garantido” em especial	509
31.5. Classificação	511
31.5.1. A venda a retro como um negócio indireto	511
31.5.2. A venda a retro como negócio fiduciário?	511
31.6. O regime geral	514
31.6.1. Proibição de o comprador alienar o bem dentro do prazo em que o comprador pode exercer a resolução	514
31.6.2. O exercício do direito de resolução pelo vendedor	516
31.6.3. Os efeitos da resolução	518
31.7. O regime executivo	524
31.8. O regime insolvencial	525
31.8.1 A declaração de insolvência do comprador (“creditante/garantido”)	525

31.8.2. A declaração da insolvência do vendedor (“creditado/garante”)	527
32. A locação financeira	529
32.1. Introdução	529
32.2. Caracterização	531
32.3. A forma. A publicidade	533
32.4. Os sujeitos	534
32.5. O objeto	535
32.6. As funções	536
32.7. As modalidades	537
32.7.1. A locação financeira “trilateral”	537
32.7.2. A locação financeira restitutiva (<i>sale and lease back</i>)	538
32.7.2.1. A questão do pacto comissório	541
32.8. O regime geral	545
32.8.1. O prazo	545
32.8.2. As rendas	546
32.8.2.1. Fixação do seu valor	546
32.8.2.2. A sua natureza	547
32.8.3. Reflexos em termos de disciplina do contrato da mera função de garantia desempenhada pela propriedade	549
32.8.4. O incumprimento por parte do locatário financeiro do dever de pagar a renda e a resolução do contrato	551
32.8.5. Os efeitos da resolução do contrato sobre as rendas pagas	555
32.9. O regime executivo	557
32.10. O regime insolvencial	558
33. O reporte	561
33.1. Introdução	561
33.2. Caracterização	564
33.3. O objeto do contrato	565
33.4. Modalidades do reporte	566
33.4.1. Reporte em sentido estrito e de porte	566
33.4.2. Reporte de banca e reporte de bolsa	567
33.4.3. Distinção com base na função desempenhada	568
33.4.3.1. Função de disponibilidade de títulos	569
33.4.3.2. Função especulativa	570
33.4.3.3. Função de crédito e de garantia	570
33.5. Classificação	572

33.5.1. O reporte com função de crédito e garantia como negócio fiduciário	572
33.6. Distinção de figuras próximas	573
33.6.1. O mútuo garantido com penhor e a antecipação bancária	573
33.6.2. A venda com acordo de revenda	575
33.7. O regime geral	576
33.7.1. Os direitos acessórios	576
33.7.2. O mecanismo de tutela do reportador (“concedente de crédito/garantido”) no caso de incumprimento da outra parte (reportado/“creditado/garante”)	580
33.8. O regime executivo	588
33.9. O regime insolvencial	590
33.9.1. A posição do reportado (“do creditado/garante”) no caso de declaração de insolvência do reportador (“creditante/garantido”)	590
33.9.2. O regime do reporte com função de crédito e garantia decorrente da declaração de insolvência do reportado (“creditado/garante”)	592
34. O depósito em garantia	598
34.1. Caracterização	598
34.2. Distinção de figuras próximas	600
34.2.1. O penhor de conta bancária	600
34.2.2. A alienação fiduciária em garantia	601
34.2.3. O penhor irregular	602
34.3. A qualificação	603
34.3.1. Negócio jurídico indireto	603
34.3.2. Negócio fiduciário em sentido estrito	603
34.3.3. Negócio em que se recorre à titularidade de um direito com função de garantia	603
34.3.4. Contrato a favor de terceiro	604
34.3.5. Súmula conclusiva quanto à qualificação	606
34.4. O regime insolvencial	606
34.4.1. A insolvência do depositante	606
34.4.2. A insolvência do credor/garantido	607
34.4.3. A insolvência do depositário	607
35. As alienações em garantia	608
35.1. Introdução	608
35.2. As cessões de créditos em garantia	610

35.2.1. Caracterização	610
35.2.2. A forma	612
35.2.3. O objeto	613
35.2.4. As estruturas admissíveis	614
35.2.5. Classificação	615
35.2.5.1. Negócio fiduciário	615
35.2.5.2. Negócio de crédito e garantia	616
35.2.6. O regime geral	616
35.2.6.1. A transmissão do crédito	616
35.2.6.2. A execução da garantia	617
35.2.6.2.1. A questão do pacto comissório	618
35.2.7. O regime executivo	620
35.2.8. O regime insolvencial	621
35.2.8.1. O regime insolvencial do negócio constitutivo do crédito cedido em garantia	625
35.3. As alienações de coisas corpóreas móveis em garantia	633
35.3.1. A questão da violação do princípio da tipicidade dos direitos reais	635
35.3.2. A posse e a sua transferência	636
35.4. A “alienação fiduciária em garantia” como modalidade dos contratos de garantia financeira	637
35.4.1. Introdução	637
35.4.2. Estrutura. O contrato fonte das obrigações garantidas. O objeto da garantia	638
35.4.3. O regime geral	639
35.4.3.1. O cumprimento da obrigação de restituição	639
35.4.4. O regime insolvencial específico (arts. 16.º a 19.º do Dec.-Lei n.º 105/2004, de 8/5)	643
36. A criação de patrimónios autónomos	646
36.1. Introdução	646
36.2. Caracterização	647
36.3. Casos particulares	648
36.3.1. As obrigações hipotecárias	648
36.3.1.1. A tutela do valor económico dos ativos, em particular dos créditos hipotecários, que compõem o património autónomo	652
36.3.1.2. A sobregarantia dos bens integrados no património autónomo relativamente ao valor nominal global das obrigações hipotecárias	654

36.3.1.3. O privilégio creditório especial	655
36.3.1.4. A disciplina insolvencial	657
36.3.2. As obrigações titularizadas	658
36.4. Reflexões finais sobre o património autónomo como instrumento de garantia	668
Capítulo IV	
Outros instrumentos de garantia	671
37. Introdução	671
38. A compensação	672
38.1. Introdução	672
38.2. O regime geral	673
38.3. O regime insolvencial	675
39. A exceção de não cumprimento	676
39.1. Introdução	676
39.2. O regime geral	677
39.3. O regime insolvencial	679
40. A cessão de crédito em função do cumprimento	680
40.1. Caracterização	680
40.2. Funções	682
40.3. O negócio base	685
40.4. O regime insolvencial	687
41. O crédito documentário irrevogável	687
41.1. Introdução	687
41.2. Modalidades	688
41.3. A autonomia	689
41.4. Funções	689
41.5. O regime insolvencial	690
42. As cláusulas de garantia ou segurança	691
42.1. Introdução	691
42.2. A cláusula <i>negative pledge</i>	692
42.3. A cláusula <i>pari passu</i>	693
42.4. A cláusula <i>cross default</i>	693

43. A cessão de bens aos credores	695
Lista de jurisprudência	699
Supremo Tribunal de Justiça	699
Tribunal da Relação de Coimbra	700
Tribunal da Relação de Évora	701
Tribunal da Relação de Guimarães	701
Tribunal da Relação de Lisboa	701
Tribunal da Relação do Porto	702
Tribunal Constitucional	702
Bibliografia	703

